



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

/SindBancáriosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

**Ano XX nº 5335 – 31 maio de 2016**

## **Justiça manda BB reintegrar e indenizar funcionário demitido por perseguição na Paraíba**

O Juiz, Flávio Londres da Nóbrega, condenou o Banco do Brasil a reintegrar o funcionário, Carlos Henrique Werneck ao quadro da Gerência de Gestão de Pessoas (Gepes Paraíba), nas mesmas condições em que foi afastado, além do pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), reimplantar o mesmo no plano de previdência e plano de saúde, assim como os seus dependentes, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 por cada uma das obrigações de fazer acima expostas.

O Magistrado anulou, na semana passada, a demissão arbitrária por suposta justa causa, alegada pela Gepes Paraíba, por inexistência de provas do ato tido como ilegal pelo Banco. Na sentença, o juiz deixou assente que o vídeo juntado pelo Banco não demonstra que o funcionário demitido teria efetuado registro no sistema de ponto eletrônico se fazendo passar por outro empregado; que pelas imagens contidas no vídeo não há como comprovar as alegações da instituição financeira. Consignou também que haviam terminais eletrônicos nas salas de aula da Gepes Paraíba, nos quais as testemunhas do Banco e as do empregado demitido afirmaram, com convicção, que seria perfeitamente possível registrar a jornada de trabalho de qualquer empregado do Banco nesses terminais. Em seu depoimento, a preposta do Banco e gerente geral da Gepes Paraíba, Sra. Sandra, negou o fato de que não haveria possibilidade de efetuar registro de jornada de trabalho naqueles equipamentos.

## **Escolha de Sandro Mabel para assessoria de Temer confirma terceirização como prioridade do governo**

O ex-deputado e industrial Sandro Mabel, é agora, assessor informal do presidente interino Michel Temer, um cargo comprado. Segundo o blog GGN, com base em informações do colunista Lauro Jardim. Mabel foi um dos articuladores entre os parlamentares da Câmara para a aprovação do processo de impeachment no dia 17 de abril. Ainda segundo o blog, Mabel prometeu dois mil cargos a um grupo de 14 deputados do PR (Partido da República), para onde ele foi depois de sair do PMDB e não mais se candidatou. A divisão confere a cada deputado 142, dos 30 mil cargos no governo federal.

Quem é Mabel - Presidente do conselho do Grupo Mabel, um dos maiores fabricantes de biscoitos da América Latina, Mabel foi deputado federal quatro vezes seguidas pelo PMDB, de onde saiu e se filiou no PR no ano passado. Figurou no ranking dos parlamentares mais ricos do país, com fortuna declarada de R\$70 milhões (2010), além dos R\$800 milhões que recebeu da Pepsi pela venda de ações da Mabel (2011). Ao se afastar da vida parlamentar, houve especulações de que sua desistência estivesse ligada às denúncias de participação no esquema do bicheiro Carlinhos Cachoeira, que o acusou, na CPMI, de ter recebido R\$37 milhões pela venda de licitações de obras de infraestrutura em Goiás.

PL 4330 - Em abril do ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4330, que permite às empresas terceirizar quaisquer setores, inclusive o de atividades-fim e outras liberalidades.

Em 2004, Sandro Mabel elaborou esse projeto que só trará perdas aos trabalhadores.

## **Casa própria volta ao mundo dos sonhos**

Alegando restrições orçamentárias, o governo do presidente interino, Michel Temer, decidiu acabar com os subsídios concedidos aos mutuários mais pobres dentro do Minha Casa, Minha Vida. As informações são do jornal O Globo. Segundo a reportagem, o programa habitacional deixará de receber recursos do Tesouro Nacional, repassados pela União a fundo perdido, para subsidiar as famílias enquadradas na faixa 1 (renda de até R\$ 1,8 mil) — às quais as residências são praticamente doadas e na faixa 2 (até R\$ 3,6 mil), cujas prestações são bastante reduzidas, facilitando a quitação do financiamento.

Antecipada a empresários pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a decisão foi confirmada, diz o jornal, por fontes que trabalham no plano.

Além disso, técnicos teriam antecipado que o programa mudará de nome. Michel Temer está decidido a não manter as marcas da gestão anterior, consideradas estratégias de marketing político. Ainda segundo O Globo, o Minha Casa, Minha Vida não deve mudar de nome imediatamente, pois há obras contratadas na segunda fase do programa em andamento. Uma possibilidade é que isso ocorra no relançamento da terceira fase, como política habitacional do governo Temer. Siglas de outros programas, como o de Aceleração do Crescimento (PAC) e o de Infraestrutura e Logística (PIL) também deverão ser alterados. Os projetos com viabilidade econômica vão migrar para o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).